

# Cadernos *IHU ideias*

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | nº 386 | vol. 23 | 2025



## Austeridade, desigualdade e o enfraquecimento do Estado Democrático e Social de Direito

Gabriel dos Anjos Vilardi

**Cadernos**  
***IHU ideias***

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 23 | nº 386 | vol. 23 | 2025

**Austeridade, desigualdade  
e o enfraquecimento do  
Estado Democrático e  
Social de Direito**

**Gabriel dos Anjos Vilardi**

Jesuíta, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito  
Público da Unisinos e membro do Instituto Humanitas Unisinos - IHU



Cadernos IHU ideias é uma publicação digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ  
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

## INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ  
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz  
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

### Cadernos IHU ideias

Ano XXIII – Nº 386 – V. 23 – 2025

ISSN 2448-0304 (on-line)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

**Conselho editorial:** Bel. Gabriel dos Anjos Vilardi; MS. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

**Conselho científico:** Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

**Projeto Gráfico:** Ricardo de Jesus Machado

**Responsável técnico:** Guilherme Tenher Rodrigues

**Imagem da capa:** Pixabay

**Revisão:** Isaque Gomes Correa

**Editoração:** Guilherme Tenher Rodrigues

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.  
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 21.  
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.  
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).  
ISSN 2448-0304  
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

## **Austeridade, desigualdade e o enfraquecimento do Estado**

### **Democrático e Social de Direito**

Gabriel dos Anjos Vilardi

**RESUMO:** O artigo se debruça sobre como as políticas de austeridade aprofundam a desigualdade e contribuem para o enfraquecimento do Estado Democrático e Social de Direito no Brasil. O primeiro capítulo, a partir de Thomas Piketty, aprofunda-se a respeito das raízes proprietaristas do capitalismo, intensificadas pelas revoluções burguesas. Depois, conforme estudo produzido por Clara Mattei, trabalha-se a despolitização autoritária da economia por meio da agenda de austeridade no pós-Primeira Guerra Mundial. Tudo isso para dar uma resposta à crise do capitalismo e garantir as relações de classe sem maiores sobressaltos para os donos do capital. O modo para atingir esse objetivo passa pela autonomia dos tecnocratas financeiros, livres de qualquer controle democrático, bem como com a aproximação com as práticas fascistas de opressão dos trabalhadores. O segundo capítulo analisa as grandes desigualdades socioeconômicas que atravessam o Brasil. Tal cenário remonta à colonização do país e possui, como as duas principais causas, a escravidão e a concentração fundiária. Para comprovar que suas consequências permanecem claramente visíveis na sociedade atual, o artigo se vale de alguns dados e índices estatísticos. Por fim, o terceiro capítulo considera como o programa de austeridade usualmente exigido pelo mercado vem se concretizando e pressionando o Estado brasileiro. Referidas demandas dos representantes do capital, além de se ressentirem de legitimidade, possuem traços flagrantemente antidemocráticos. Isso porque seus efeitos não só estabilizam como também intensificam as profundas desigualdades sociais nacionais, o que contraria a ordem constitucional vigente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo. Mercado. Austeridade. Autoritarismo. Desigualdade.

# **Austerity, Inequality and the Weakening of the Democratic and Social State of Law**

Gabriel dos Anjos Vilardi

**ABSTRACT:** The article examines how austerity policies exacerbate inequality and contribute to the weakening of the Democratic and Social State under the Rule of Law in Brazil. The first chapter, drawing on Thomas Piketty, delves into the proprietary roots of capitalism, which were intensified by the bourgeois revolutions. Subsequently, based on a study produced by Clara Mattei, it addresses the authoritarian depoliticization of the economy through the austerity agenda in the post-World War I period. The purpose of these measures was to provide a response to the crisis of capitalism and to secure class relations, without major disruptions for the owners of capital. The method for achieving this objective involved granting autonomy to financial technocrats, free from any democratic oversight, coupled with an alignment with fascist practices for the oppression of workers. The second chapter analyzes the profound socioeconomic inequalities that permeate Brazil. This scenario dates back to the country's colonization and has two primary causes: slavery and land concentration. To demonstrate that their consequences remain clearly visible in contemporary society, the article employs various statistical data and indices. Finally, the third chapter considers how the austerity program typically demanded by the market has been materializing and exerting pressure on the Brazilian State. These demands from the representatives of capital not only lack legitimacy but also possess blatantly anti-democratic features. This is because their effects not only stabilize but also intensify the country's profound social inequalities, which runs counter to the prevailing constitutional order.

**KEYWORDS:** Capitalism. Market. Austerity. Authoritarianism. Inequality.

# Austeridade, desigualdade e o enfraquecimento do Estado Democrático e Social de Direito

Gabriel dos Anjos Vilardi

Jesuíta, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito Público da Unisinos e membro do Instituto Humanitas Unisinos - IHU

## I. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a agenda neoliberal no Brasil parece ter se exacerbado, juntamente com o crescimento da extrema-direita. Assiste-se a uma sucessão de operadores financeiros se alternando na mídia para defender rígidos ajustes fiscais, bem como a limitação dos direitos trabalhistas e outras políticas públicas voltadas para a população vulnerável. O corte dos gastos sociais virou uma cantilena repetida à exaustão pelo mercado, como se fosse óbvio e imprescindível.

Acontece que o Brasil é um Estado profundamente desigual, com causas que remontam à colonização do país e se perpetuam há séculos. Dentre elas, podem-se citar a enorme concentração fundiária e o passivo da escravidão de milhões de pessoas. Ambas as questões nunca foram diretamente enfrentadas pelos governantes, permanecendo refém das suas terríveis consequências estruturais. Quer dizer, jamais se promoveu uma efetiva reforma agrária, com a distribuição de terras pertencentes aos latifúndios improdutivos. Na mesma medida, não houve nenhuma reparação para os ex-escravizados e seus descendentes.

Considerando as entranhadas raízes da desigualdade, além da enorme dívida histórica existente, a sociedade brasileira se vê diante de assertivas decisões políticas que precisariam ser tomadas, se realmente quiser superar essas inaceitáveis injustiças. Isso demandaria alterações legislativas e substanciais investimentos públicos ao longo de um razoável período para possibilitar uma concreta mudança socioeconômica.

Todavia, o velho discurso do necessário sacrifício do país em prol do equilíbrio das contas públicas e da melhora na economia paira ameaçador no horizonte. A despeito de qualquer ingenuidade, imperioso reconhecer que existe um alvo claro. Histórica e invariavelmente as parcelas empobrecidas são sempre aquelas que são prejudicadas, sendo obrigadas a arcarem com a retirada de direitos e benefícios sociais. Os beneficiários? A elite dona do capital financeiro, detentora dos títulos da dívida e remunerada com altos juros pelo governo.

Mas, afinal, as austeridades fiscal, monetária e industrial contribuem efetivamente para o aumento do bem-estar e da diminuição da desigualdade social? O mercado financeiro que mais parece um ente despersonalizado e despolitizado está alinhado ao Estado Democrático de Direito ou simplesmente busca o lucro acima de tudo e de todos? A ideologia neoliberal flerta e se alia a interesses e projetos de poder antidemocráticos contrários à ordem constitucional?

## II. AUSTERIDADE E O CAPITALISMO ANTIDEMOCRÁTICO

Com o advento das revoluções burguesas havia uma demanda concreta contra a tirania e os regimes absolutistas. Surgem, então, os pressupostos dos direitos humanos segundo a concepção liberal da modernidade europeia. “Essa promessa de igualdade e harmonia se expressa sem rodeios nas declarações solenes que caracterizam as revoluções ‘atlânticas’ do final do século XVIII” (Piketty, 2020, p. 121). Ou seja, a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). Se, por um lado, significaram um importante avanço contra o arbítrio da nobreza e do poder religioso, por outro lado assentaram as bases da propriedade privada, como indica Thomas Piketty:

De forma mais geral, a Revolução Francesa ilustra uma tensão que iremos reencontrar com frequência mais à frente: ao mesmo tempo em que possui uma dimensão emancipadora, que é real e nunca deve ser esquecida, a ideologia proprietarista também traz em si uma tendência, igualmente real, à quase sacralização dos direitos de propriedade estabelecidos no passado – quaisquer que sejam sua amplitude e origem – e cujas consequên-



cias desigualitárias e autoritárias podem ser consideráveis. Fundamentalmente, a ideologia proprietarista se apoia numa promessa de estabilidade social e política, mas também de emancipação individual, por meio do direito de propriedade, tido como acessível a todos – ou, pelo menos, a todos os adultos do sexo masculino, uma vez que as sociedades proprietaristas do século XIX e início do XX são brutalmente patriarcais, usando de toda a força e sistematicidade que lhes confere um moderno sistema jurídico centralizado (Piketty, 2020, p. 121).

“A tradição iluminista inspiradora do liberalismo teve como principal característica o empoderamento do indivíduo, através da concessão de direitos derivados do exercício de uma vontade livre e incondicionada” (Barreto; Bragato; Lemos, 2018, Prelúdio). Quer dizer, se o círculo dos titulares de direitos se ampliou para reconhecer a florescente burguesia, não se pode negar que continuou extremamente restrito. Ou seja, os destinatários eram homens, brancos e heterossexuais.

É preciso se aprofundar nesses fundamentos, porque “continuam desempenhando um papel fundamental no debate político contemporâneo, em particular com a forte ressurgência de um discurso neoproprietarista desde o final do século XX” (Piketty, 2020, p. 124). Trata-se de “um discurso sofisticado e com o potencial de ser convincente em alguns aspectos”, sendo “ao mesmo tempo, uma ideologia desigualitária que, na sua forma mais extrema e mais dura, visa justificar uma maneira particular de dominação social, muitas vezes de modo excessivo e caricatural” (Piketty, 2020, p. 125):

Se começarmos a questionar os direitos de propriedade adquiridos no passado e sua desigualdade, em nome de uma concepção de justiça social e, acima de qualquer dúvida, respeitável, mas que sempre há de ser imperfeitamente definida e aceita, e nunca poderá alcançar um absoluto consenso, não corremos o risco de não saber onde esse perigoso processo vai parar? Não corremos o risco de ir direto para a instabilidade política e o caos permanente, o que acabaria se voltando contra os mais humildes? A resposta proprietarista intransigente é que não se pode correr esse risco e que a caixa de Pandora da redistribuição das propriedades não deve nunca ser aberta. [...] A sacralização da propriedade privada é, no fundo, uma resposta natural ao medo do vazio (Piketty, 2020, p. 124).

Segundo essa concepção, “o Estado [...] permanece um ator neutro no que diz respeito ao mercado, e seu papel reside principalmente em salvaguardar a propriedade privada e as relações assalariadas por meio do primado da lei” (Mattei, 2023, p. 45). Por isso, “a contestação política ainda pode ocorrer sob o capitalismo – mas não de uma forma que desafie o sistema econômico” (Mattei, 2023, p. 45). Afinal, “em uma sociedade capitalista, as pessoas *dependem* do mercado” (Mattei, 2023, p. 44).

A própria dignidade humana passou a ser condicionada a partir do pensamento ocidental moderno. Ou seja, segundo “uma interpretação eurocêntrica e, portanto, parcial e limitada do fenômeno das relações humanas, altamente comprometida com a promoção e expansão de valores do arcabouço liberal-capitalista” (Bragato, 2023, p. 19). De outro modo, Bragato cita Jack Donnelly que defende estar a tradição eurocêntrica dos direitos humanos “associada a uma dupla circunstân-

cia sem a qual eles não teriam surgido: a emergência da economia de mercado e dos Estados-nação, aliada ao crescimento de reivindicações políticas por igualdade e tolerância” (Bragato, 2023, p. 72).

“Na realidade histórica, o nível de desigualdade é determinado sobretudo pela capacidade biológica, política e institucional das sociedades em justificá-la e estruturá-la, e não pelo grau de riqueza ou desenvolvimento em si” (Piketty, 2020, p. 248-249). Dito de forma diversa, “a desigualdade é determinada, acima de tudo, por considerações ideológicas e políticas, e não por causa de alguma contingência econômica ou tecnológica” (Piketty, 2020, p. 249). Nesse sentido, desmistifica Piketty:

A desigualdade de propriedade é, acima de tudo, uma desigualdade de poder dentro da sociedade e potencialmente não conhece nenhum limite, desde que o aparelho de repressão ou de persuasão (conforme o caso) instituído pelos proprietários sustente o conjunto e perpetue tal equilíbrio. Já com a desigualdade de renda – isto é, com a distribuição do fluxo de renda gerada ao longo de um ano – é diferente: não há como não respeitar um limite de subsistência para os mais pobres, a não ser que se aceite que uma parte importante da população desapareça no curto prazo. É possível viver sem possuir, mas não sem se alimentar (Piketty, 2020, p. 247).

Por séculos o sistema de acumulação seguiu intocável e pouco ameaçado. Isso porque na mesma linha de Piketty, Mattei também afirma que durante os séculos XVII e XVIII “o capitalismo tinha sido refinado a ponto de suas instituições poderem ser consideradas *naturalizadas*” (Mattei, 2023, p. 44). Essa naturalização levou a uma rígida dissociação entre sistemas econô-

mico e político. Sendo que “a política poderia evoluir; a economia era autogovernada, conforme a vontade de Deus”, ou depois, passou a ser considerada como “‘objetiva’ porque é disciplinada pelas leis dos mercados, incluindo as leis da oferta e da procura” (Mattei, 2023, p. 44).

Já no século XIX, com a adoção “do padrão-ouro e a institucionalização da ortodoxia financeira que com ele emerge, as relações capitalistas de classe entre proprietários e trabalhadores se consolidaram, e qualquer cenário de reivindicações redistributivas em favor da população foi eficientemente bloqueado” (Mattei, 2023, p. 45). “Qualquer gasto público extra ou qualquer flexibilização do crédito – as bases políticas redistributivas – resultariam em evasão de ouro e eram, portanto, inviáveis” (Mattei, 2023, p. 45). Estava assim estabelecido o inquestionável princípio do rigorismo fiscal e monetário que passaria a ser evocado sempre que a ordem socioeconômica estivesse, ainda que muito vagamente, ameaçada. Do padrão-ouro ao padrão da austeridade!

Acontece que “durante a Primeira Guerra Mundial, os Estados políticos da Grã-Bretanha e da Itália romperam o dogma capitalista e intervieram com força na economia de seus países” (Mattei, 2023, p. 84). Ou seja, os princípios centrais do sistema econômico já foram historicamente contrariados em razão do interesse público. Conforme explica Mattei, “essas intervenções foram essenciais para a sobrevivência política de cada Estado: sua busca foi promover a necessária acumulação de capital para vencer a guerra, mesmo maculando a santidade do capitalismo de livre mercado no processo” (Mattei, 2023, p. 84).

Isso não quer dizer que os donos do capital foram prejudicados ou saíram enfraquecidos. Ao contrário, “o Estado concedeu isenções fiscais para ajudar ainda mais os capitalistas” (Mattei, 2023, p. 80) e a elite capitalista aumentou seus lucros. O discurso dos necessários sacrifícios em benefício da coletividade – um dos pilares do capitalismo – naufragara. O peso recaía com mais força sobre uns do que outros.

“A guerra possibilitou um controle estatal inédito sobre a mão de obra”. Ao exercer controle sobre ela os governos “expuseram a natureza profundamente política da economia capitalista” (Mattei, 2023, p. 74). Era verdade que “ninguém podia refutar que o Estado interveio não como ator benevolente, mas como o promotor das ‘melhores’ condições para a acumulação de capital, o que implicava a subordinação dos trabalhadores e a concentração de lucros exorbitantes em poucas mãos” (Mattei, 2023, p. 81). Logo, “se o poder econômico é político, isso quer dizer que não há nada natural nele e que os sistemas pelos quais ele é distribuído podem ser alterados pela luta” (Mattei, 2023, p. 74).

“Quando o armistício que pôs fim aos combates da Primeira Guerra Mundial chegou, em novembro de 1918, a relação ortodoxa entre mercados e Estados estava totalmente perturbada Europa afora” (Mattei, 2023, p. 50). Quer dizer, para que os Estados não sucumbissem, o tabu da não intervenção estatal na economia foi abandonado. De outro modo, “com a reconstrução do pós-guerra, as prioridades do sistema econômico mudaram de forma drástica, passando da satisfação do intuito de lucro individual à satisfação da necessidade social coletiva” (Mattei, 2023, p. 114).

Houve, então, um salto significativo. Isso porque “os recursos foram transferidos do capital privado para a coletividade” (Mattei, 2023, p. 114). Assim, “muitos rejeitaram o ‘velho credo econômico’ em favor de ‘uma trindade progressista’ – políticas fiscais e monetárias expansionistas e agendas industriais que sobrepujaram as leis impessoais do mercado” (Mattei, 2023, p. 114). As lutas dos trabalhadores com demandas por melhores condições de trabalho e uma participação na gestão dos meios de produção surgiram com força e tiveram sucesso.

Assim, nos anos 1918 a 1920 houve uma reação popular com o despertar desses dois fatores supra-elencados, quais sejam, a forte intervenção estatal na economia e o aprofundamento da luta de classes. “Foi a maior crise da história do capitalismo, consubstanciada em uma mobilização popular sem precedentes, com greves, propostas de planos de ação alternativos e organizações alternativas de produção” (Mattei, 2023, p. 48).

“Como reação drástica a esse cenário” (Mattei, 2023, p. 48) surge a bandeira da austeridade. Nessa esteira pontua a pesquisadora italiana:

Assim que os trabalhadores invadiram o palco da história com ideias de uma sociedade alternativa, a defesa do capitalismo assumiu formas novas e mais potentes. Os guardiões do capitalismo voltaram à prancheta para redesenhar a velha ordem; a produção da austeridade tornou-se a principal arma deles. A austeridade consistia em um processo duplo, ao mesmo tempo material e ideológico. Ou melhor, consistia em uma estratégia dupla: coerção e consenso. [...] As três formas de políticas de austeridade – fiscais, monetárias e industriais – atuaram em uníssono para

desarmar as classes trabalhadoras e exercer pressão pela redução dos salários (Mattei, 2023, p. 189).

De outro modo, “uma vez que a tradicional fronteira entre o econômico e o político estremeceu, o primado da propriedade privada e das relações assalariadas ruiu: a contestação das velhas normas pelo povo emergiu mais que nunca” (Mattei, 2023, p. 46). Houve, como afirma Mattei, uma grave crise de legitimidade do capitalismo. Os fundamentos do sistema foram questionados e demandas por uma forma diversa e mais igualitária de organização surgiram com intensidade.

Ou seja, “as novas condições históricas do esforço de guerra e do período entreguerras permitiram que os cidadãos, especialmente aqueles da classe trabalhadora, percebessem que a sociedade podia ser diferente” (Mattei, 2023, p. 47). “Nesse sentido, o trabalho emancipado substituiria a exploração, e o serviço público e a produção *com fins úteis* substituiriam a produção *com fins lucrativos*” (Mattei, 2023, p. 47). Obviamente que isso jamais poderia ser permitido pelas elites controladoras do capital.

Era preciso “reverter a economia ao estado anterior: de cima para baixo, capitalista, privado” (Mattei, 2023, p. 43), exploratório e concentrador de renda – extremamente desigual. Afinal, “o capitalismo era mais que um sistema econômico; era também um sistema de ordem social” (Mattei, 2023, p. 43). Vale consignar que a tão propalada bandeira da liberdade, defendida como um dos esteios do capital, é parcial e relativa. Ainda que seja distinto das sociedades escravagistas e

feudais, “a coerção sob o capitalismo é peculiar em sua impessoalidade: não há uma figura dominadora para ditar a venda de nosso trabalho” (Mattei, 2023, p. 44).

Ora, embora possa parecer despersonalizado e difícil de identificar, o capital possui seus detentores e senhores bastante concretos. No mais, ainda que soe óbvio é preciso reafirmar que a liberdade dentro desse modelo revela-se condicionada e limitada de modo mais acentuado do que se pode perceber. “Em uma sociedade capitalista, ela [pessoa que trabalha] está inescapavelmente submetida às forças objetivas de mercado, numa forma de coerção qualitativamente diferente daquela das sociedades pré-capitalistas” (Mattei, 2023, p. 44-45).

Assim, diante da luta por democracia econômica das classes trabalhadoras era preciso retomar o controle, nem que para isso fosse necessária a adoção de políticas totalitárias. Ademais, “métodos políticos fascistas para alcançar o sucesso econômico, por mais horrível que sejam, podem ser amplamente tolerados graças a sua convicção de que o econômico e o político eram dois domínios separados” (Mattei, 2023, p. 194).

Para tanto, utilizou-se o discurso de “reabilitação da acumulação de capital como meio de salvação das massas famintas” com o fim de cumprir “seu verdadeiro propósito: facilitar a extração permanente e estrutural de recursos de muitos para poucos” (Mattei, 2023, p. 194). E o arsenal da austeridade foi desenhado para atingir tais objetivos e sufocar quaisquer demandas e conquistas das classes trabalhadoras no período anterior.



Um dos ministros britânicos da época caracterizaria “esses princípios em termos tão grandiosos quanto o Código de Justiniano, de 529 da era comum, atesta a força e o escopo do que eles se propuseram a fazer: assim como o Código de Justiniano estabeleceu a espinha dorsal legal da Europa, o código de austeridade moldaria nossa sociedade” (Mattei, 2023, p. 196).

Nesse sentido, estatui Mattei:

No momento da mais grave crise do capitalismo, quando as classes trabalhadoras haviam invadido o palco da história, outro conjunto de atores entrou à direita do palco para retomar o comando. Entre eles estavam os ‘especialistas em finanças e economia’ que se reuniram para as primeiras conferências financeiras internacionais – em Bruxelas (1920) e em Gênova (1922) – e conquistaram influência sem precedentes. [...] para um novo ‘código financeiro’. Esse código equivalia a princípios fundamentais da austeridade moderna: a ‘economia’ (no sentido de cortar tanto os gastos do Estado quanto os gastos das classes trabalhadoras) e o ‘trabalho duro’ (mais uma vez, imposto às classes trabalhadoras (Mattei, 2023, p. 195).

“O objetivo principal da austeridade foi a despolitização do econômico – ou a reinstalação de uma divisão entre política e economia – depois que a paisagem política do pós- guerra a dissolvera” (Mattei, 2023, p. 192). Com esse fim, e por meio dos economistas tecnocratas, três fundamentos foram instituídos: as relações produtivas estavam sob as leis impessoais do mercado, que deveriam governar de forma irrestrita e independente do poder democrático, para que fossem neutras e superassem qualquer conflito de classes (objetividade econômica).

“Esses modelos não preveem conflitos de classe entre capitalistas e trabalhadores, mas [...] postulam uma sociedade de indivíduos que podem *potencialmente* poupar (e investir) seu dinheiro (isto é, desde que ajam virtuosamente) e cujos interesses correspondem aos dos outros membros da sociedade” (Mattei, 2023, p. 193). Cria-se uma ilusão, um sonho distorcido em que “o trabalho deixa de ser o motor central da máquina econômica, torna-se uma escolha ou uma vocação” (Mattei, 2023, p. 193). Os tecnocratas da austeridade, apesar de proclamarem defender o bem comum, visavam o bem da classe capitalista.

De acordo com esses burocratas, esse caminho era inexorável. Ademais, “a racionalidade da austeridade era sinônimo de racionalidade em si, pois eles sustentavam que a ordem capitalista era a única ordem possível” (Mattei, 2023, p. 197). Como se pode depreender, trata-se de uma narrativa bastante repetida até os presentes dias, como se a humanidade fosse cativa desse sistema excludente e perpetuador de desigualdades. A esse respeito ensina Mattei:

Sob um exame mais atento, fixações austeras dos governos no equilíbrio orçamentário e no controle da inflação serviram ao objetivo maior de garantir que o *capital* (como relação social) seja inquestionável e que seus pilares – as relações assalariadas e a propriedade privada – permaneçam fortes. O principal feito da austeridade fiscal e monetária foi idêntico ao da austeridade industrial: a subjugação da classe trabalhadora às leis impessoais do mercado. Na verdade, todas as três formas de austeridade serviram para recriar a divisão entre economia e política que o coletivismo de guerra suspendera temporariamente. Assim que o Estado renunciava a ser um ator econômico (e um empregador), as relações

assalariadas se viam outra vez sujeitas às pressões impessoais do mercado. A austeridade garantia e facilitava esse recuo à norma (Mattei, 2023, p. 192).

Uma norma que serve ao capital e seus representantes, bem como culpabiliza os cidadãos “pelo desejo de viver além do que seus meios permitiam e por pressionar os governos a satisfazer esses desejos ‘excessivos’ não apenas com medidas sociais, mas com a subversão dos pilares do capitalismo” (Mattei, 2023, p. 204). Por isso eram imprescindíveis, diziam os economistas ortodoxos, trabalho duro e economia. Preceitos esses dirigidos, certamente, aos trabalhadores e não aos donos do capital.

Diante dessa constatação, prescreveu a mão invisível do mercado o remédio amargo: “o comportamento dos cidadãos tinha de ser moldado e controlado de acordo com os princípios da ciência econômica que reabilitaria as condições de acumulação de capital” (Mattei, 2023, p. 204). Um receituário antigo com medidas que “já tinham sido parte da caixa de ferramentas conceitual dos renomados economistas clássicos Adam Smith, David Ricardo e Thomas Robert Malthus por ao menos um século” (Mattei, 2023, p. 205).

A lógica era preservar e até privilegiar o topo da pirâmide, ao passo que se impunham pesados ônus para a população em geral. Assim observou a pesquisadora italiana:

A própria retirada do Estado do reino das intervenções econômicas foi claramente uma decisão política drástica e forte, mas ainda assim era justificada como apolítica e economicamente necessária – um processo guiado pela razão técnica e, portanto, fundamentalmente

incontroverso. Concluindo, vimos como a austeridade fiscal, na forma de cortes orçamentários – ainda mais cortes em medidas de bem-estar social – e a tributação regressiva permitiam a transferência de recursos da maioria dos cidadãos para as classes poupadoras-investidoras de modo a assegurar relações de propriedade e maior formação de capital. A austeridade fiscal também servia a outro propósito fundamental: restabelecer a estabilidade monetária e assegurar o domínio das instituições tecnocráticas (Mattei, 2023, p. 212).

A austeridade monetária “significava uma contração direta e deliberada do crédito por meio do aumento das taxas de juros, o que deflacionaria os preços e, por sua vez, aumentaria a confiança no valor da moeda” (Mattei, 2023, p. 214). Por sua vez, “o dinheiro caro provocava aumento do desemprego que mitigava o poder de barganha da mão de obra e sua capacidade de resistir a cortes salariais” (Mattei, 2023, p. 215). Enfraquecidos os trabalhadores, consequentemente enfraquecida também parte considerável da resistência democrática.

Com o cansaço e as experiências alternativas possibilitadas pela Primeira Guerra Mundial, os burocratas sabiam que haveria resistência e por isso traçaram duas estratégias, o consenso e a coerção. Para dar corpo à estratégia de construir o consenso, a ordem era o convencimento da opinião pública, com dados regulares do orçamento público e da economia como um todo. Já a segunda via, a coerção, vinha como resposta para aqueles setores que não se convencessem com a primeira ação. “Se necessário, a democracia teria que se curvar na busca da solidez econômica, e esse processo seria imposto” (Mattei, 2023, p. 206).

Nessa esteira fica evidente como a austeridade depende de um processo antidemocrático de concepção e implementação, para além da vontade popular:

Os especialistas em economia aparentemente não confiavam na população agitada para tomar as decisões ‘corretas’ em relação ao seu próprio bem-estar. Como veremos, a austeridade carregava em si o princípio de isentar as decisões de medidas econômicas de procedimentos democráticos, fosse por meio de instituições tecnocráticas, fosse, como no caso da Itália, por meio de um governo fascista. Economistas austeros demonstram as mesmas intuições antidemocráticas até hoje (Mattei, 2023, p. 206-207).

Deve-se reiterar, mais uma vez, que o clima não era favorável a tais medidas. “O ‘estado psicológico das massas’ parecia mais voltado a uma sociedade pós-capitalista na qual a propriedade privada e as relações assalariadas deveriam ser abolidas” (Mattei, 2023, p. 211). Então, restava o questionamento: “como a austeridade poderia prosseguir em um momento tão turbulento?” (Mattei, 2023, p. 211). Se a objetividade neutra dos economistas não funcionava, deveria atuar a coerção.

Ao analisar os anos do fascismo na Itália, Mattei destaca o forte entusiasmo da elite capitalista que “conseguiu unir a ordem política à ordem econômica, a própria essência da austeridade” (Mattei, 2023, p. 355). Como observa, “o apoio do *establishment* internacional a um Estado forte não era discrepância nem aberração” (Mattei, 2023, p. 354). A conclusão é estarrecedora: “a ditadura fascista era um meio inevitável e necessário para governar um país turbulento e alcançar objetivos

econômicos sólidos” (Mattei, 2023, p. 355). E isso certamente geraria lucros satisfatórios para essa mesma elite financeira.

“O uso da repressão política e da violência pelo Estado fascista em sua busca pela acumulação de capital aparentemente expressaria um último teste para a aquiescência liberal com Mussolini e seu regime” (Mattei, 2023, p. 356). O resultado é que tais atores pertencentes a países democráticos falharam inteiramente. No fundo, os tecnocratas e a mídia liberal não estavam preocupados com as graves violações dos direitos humanos, mas sim com os resultados econômicos. O caso do assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti – que lutava contra o autoritarismo e os abusos do fascismo – parece bastante revelador do viés antidemocrático do capitalismo. Nesse sentido, vale conferir:

O tratamento dado pelos círculos financeiros estadunidenses e britânicos ao ‘caso Matteotti’ é emblemático da prioridade dos resultados econômicos sobre a liberdade política (e aparentemente sobre as preocupações com a violência política). *The Times* e *The Economist* trataram o assassinato como oportunidade do governo italiano de ‘limpar o Ministério do Interior’ e livrar o governo e o partido de Mussolini de elementos deploráveis. Mussolini pôde fortalecer e normalizar o partido expulsando suas minorias extremistas, o que seria justificado se fornecesse um melhor fundamento à ortodoxia financeira de Mussolini e De Stefani. Em discurso de campanha durante o auge da crise Matteotti, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Andrew Mellon, ignorou as acusações de abuso de poder de Mussolini. Mas falou muito bem da capacidade do líder de alcançar um orçamento equilibrado e libertar a indústria da regulação

governamental ao mesmo tempo que livrava o país da nefasta influência dos socialistas (Mattei, 2023, p. 358).

A justificativa era que “considerações econômicas e políticas eram domínios de julgamentos separados, distintos – e desiguais” (Mattei, 2023, p. 359). Quer dizer, “a recuperação econômica era o único padrão universal sobre o qual julgar o regime fascista; os fins ainda podiam justificar os meios” (Mattei, 2023, p. 360). É importante reconhecer que “os financistas britânicos e estadunidenses eram mais que espectadores solidários da austeridade fascista” (Mattei, 2023, p. 363). Por isso, os detentores do capital não podem ser eximidos de suas responsabilidades na manutenção do arbítrio. Afinal, “sua aceitação do regime de Mussolini dentro da ordem capitalista internacional foi crucial para a consolidação do regime” (Mattei, 2023, p. 363).

O próprio ministro das Finanças e futuro primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, disse em 1926: “fiquei impressionado com o imenso progresso feito pela Itália sob o regime atual – um orçamento equilibrado sob superávits consideráveis” (Mattei, 2023, p. 365). Embora o povo italiano sofresse a opressão autoritária, o governo era louvado pela exemplar austeridade. E, como se não bastasse, os “especialistas financeiros internacionais pressionaram explicitamente o fascismo para derrotar as demandas trabalhistas” (Mattei, 2023, p. 367). As ameaças ao sistema capitalista precisavam ser controladas a todo custo.

Posteriormente, as elites tecnocráticas do capital internacional continuaram intervindo ao redor do mundo por meio dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Seus dirigen-

tes “planejaram e implementaram com a maioria dos países periféricos do mundo de hoje: empréstimos condicionados à austeridade; foco na ‘liberdade econômica’, não na liberdade política; e a compulsão de abrir a economia do país ao escrutínio internacional” (Mattei, 2023, p. 372). Ante o exposto, irrefutável afirmar que “a austeridade foi, e continua sendo, um esforço perverso” (Mattei, 2023, p. 375).

### III. BRASIL: UM PAÍS DE DESIGUALDADES

Como se sabe, o Brasil é um país de profundas e arraigadas desigualdades sociais. Imprescindível destacar que “é impossível compreender a estrutura das desigualdades modernas sem começar por considerar a pesada herança desigualitária advinda da escravidão e do colonialismo” (Piketty, 2020, p. 233). Nesse sentido, “as colônias, em larga medida, eram organizadas para o benefício exclusivo dos colonos, sobretudo em termos de investimento social e educacional” (Piketty, 2020, p. 235):

A escravidão chegara ao fim, mas o Brasil não eliminara as extremas desigualdades originadas por ela. A Constituição de 1891 suprimiu as exigências de fortuna, contudo teve o cuidado de excluir os analfabetos do exercício do voto, uma regra retomada pelas Constituições de 1934 e 1946. Isso excluiu cerca de 70% da população adulta do processo eleitoral nos anos 1890, mais de 50% ainda em 1950 e cerca de 20% em 1980. Na prática, não somente ex-escravos, mas sim, de forma mais geral, os pobres é que foram excluídos do jogo político durante um século, dos anos 1890 aos 1980 (Piketty, 2020, p. 232).



Mesmo após a independência e o suposto fim do colonialismo, “o modo de produção capitalista e o liberalismo individualista tiveram forte impacto no processo de positivação do Direito estatal e no desenvolvimento específico do Direito privado” (Bragato, 2023, p. 174). Como observa Bragato, o Direito é “um campo de construção de saberes e práticas onde frequentemente se reforçam estruturas de dominação colonial” (Bragato, 2023, p. 180-181), reforçadas e potencializadas por um capitalismo antidemocrático e concentrador de riquezas.

Infelizmente, assim como a dívida histórica com os povos indígenas, nunca houve reparação para os ex-escravizados e seus descendentes. Por isso, como jamais se enfrentou seriamente a questão, as consequências perduram nefastamente até o presente. Segundo o boletim publicado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), intitulado “Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste” (cf. DIEESE, 2024), a desigualdade racial constitui uma dura realidade do país. Vale conferir alguns destaques do relatório:

- O rendimento médio dos negros é 40% inferior ao dos não negros.
- Os negros com ensino superior ganham 32% a menos que os demais trabalhadores com o mesmo nível de ensino [...];
- Os negros recebem, em média, R\$ 899 mil a menos que os não negros ao longo da vida laboral. Entre os que possuem ensino superior, o valor chega a R\$ 1,1 milhão.
- Um em cada 48 homens negros ocupados está em um cargo de liderança, enquanto entre os não negros, a proporção é de um para cada 18 trabalhadores.
- Nas 10 profissões mais bem pagas, os negros representam 27% dos ocupados, mas são 70% dos trabalhadores nas 10 ocupações com os menores rendimentos.
-

Uma em cada seis mulheres negras trabalha como empregada doméstica. O rendimento médio das domésticas sem carteira é R\$ 461 menos que o salário mínimo (DIEESE, 2024, p. 1).

Os dados falam por si só e são um incômodo retrato de um país injusto e cruel, com quase 57% da sua população, que se reconhece como não branca. Por um longo tempo e ainda no imaginário coletivo de muitos, o Brasil é um lugar pacífico e cheio de oportunidades para todos. Isso nunca foi verdade! Afinal, desde a colonização os subalternizados (escravizados e indígenas) foram explorados e oprimidos. As oportunidades jamais foram iguais e a tão defendida meritocracia não passa de uma falácia.

Para Françoise Vergès (2020, p. 19), “a relação dialética construída entre os corpos eficientes da burguesia neoliberal e os corpos exaustos das mulheres negras ilustra os vínculos entre o neoliberalismo, raça, gênero e heteropatriarcado”. São corpos abusados, invisibilizados e totalmente matáveis. Segundo o Atlas da Violência – 2025, a violência contra a população negra precisa ser problematizada sob pena de se cair na naturalização. “E naturalizar que a violência letal esteja endereçada à população negra equivale a não reconhecer que há uma arquitetura estatal que sustenta essa dinâmica” (Atlas, 2025, p. 73).

Segundo as estatísticas, “em 2023, uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que uma pessoa não negra – aumento de 15,6% em relação a 2013” (Atlas, 2025, p. 73). Apesar de uma redução, “a taxa de homicídios de pessoas negras em 2023 foi de 28,9, com variação de -2,7% comparado com 2022 e -21,5% com 2013”. Isso dá um total de 35.213

homicídios de pessoas negras no país. Já “a taxa de homicídios de pessoas não negras por 100 mil habitantes foi de 10,6 em 2023, variando -1,9% com relação a 2022 e -32,1% com relação a 2013” (Atlas, 2025, p. 73). Ser negro no Brasil é muito mais perigoso!

“Sob o regime neoliberal, nas cidades do século XXI, com suas residências vigiadas, seus bairros militarizados, as mulheres negras e racializadas são autorizadas a entrar nos enclaves burgueses, em seus espaços privados, mas os outros membros dessas comunidades supérfluas” (Vergès, 2020, p. 20) definitivamente não. Ao contrário, são vistos como ameaça – à propriedade e ao bem-estar – e como um assunto de polícia.

Desde a abolição jurídico-formal no fim do século XIX, a exclusão se prolongou ao longo do século XX com a marginalização político-cidadã, principalmente pela precariedade da educação pública. Assim destaca Piketty:

Para além da questão da escravidão e do acesso ao voto e à educação, as relações de trabalho é que, de forma mais geral, se mantiveram duríssimas no Brasil durante todo o século XX, sobretudo entre os proprietários fundiários, os trabalhadores agrícolas e os camponeses de terra. São muitos os depoimentos que descrevem a extrema violência das relações sociais nas regiões açucareiras do Nordeste, com proprietários utilizando a polícia e o aparelho do Estado para reprimir as greves, reduzir salários e explorar sem limites os diaristas agrícolas, em especial após o golpe de estado militar de 1964. Só com o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e a Constituição de 1988 que o direito de voto enfim foi estendido a todos, sem exigência da alfabetização. A primeira eleição com sufrágio de fato universal ocorreu em 1989 (Piketty, 2020, p. 232).

Se é verdade que a educação pode ser um importante meio de melhora nas condições de existência e de ascensão social, não se pode ignorar que ela foi e continua sendo utilizada como modo de controle e exploração. Quer dizer, “ela é também uma ferramenta utilizada pelos poderosos e endinheirados para manter privilégios, impedir outros de conquistar uma vida melhor e manter as pessoas em lugares que conservam o *status quo* injusto e insalubre” (Freudenberg, 2022, p. 157). No caso acima mencionado por Piketty, um contingente enorme da população foi excluído da participação política por pelo menos um século.

Conforme Ladislau Dowbor, no Prefácio à edição brasileira da obra de Nicholas Freudenberg, no plano da educação, as tendências no Brasil são assustadoras, na medida em que apontam para a “privatização, reorientação de conteúdos, venda de pacotes de gestão e de currículos, o que reduz a autonomia das escolas, dos municípios e dos professores” (Freudenberg, 2022, p. 15). Tal cenário elencado implica não só na manutenção das desigualdades, mas também no seu aprofundamento. Nessa esteira, desenvolve o pesquisador:

Em termos sociais, o resultado é o aprofundamento do fosso entre a educação para pobres e a educação para ricos, refletindo a desigualdade de renda e de riqueza que predomina no Brasil, sétimo país mais desigual do mundo. Essa cristalização da desigualdade por meio da educação, atingindo assim a próxima geração, é catastrófica quando consideramos que o conjunto das atividades econômicas no mundo evolui rapidamente para uma maior densidade em conhecimento. Como o país não tem investido, nos últimos anos, em ciência e tecnologia, um efeito indireto é a perda de soberania sobre um conjunto de atividades de ponta. Também aqui a prioridade é o ren-

dimento financeiro e a reprodução de elites, e não o avanço científico-tecnológico geral (Freudenberg, 2022, p. 15).

De acordo com uma pesquisa de 2021 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), compilada pelo IBGE, a taxa de comparecimento ao ENEM dos inscritos brancos é de 72,1%. Essa taxa cai para 65,8% para as pessoas pardas e chega a 60,2% para as pessoas pretas (IBGE, 2021). Outro dado revelador da imensa desigualdade racial refere-se à taxa de analfabetismo: 7,1% de pessoas negras e 3,2% de pessoas brancas (IBGE, 2023). Por fim, o acesso ao ensino superior ainda é bastante díspar. Considerando as pessoas de 25 anos ou mais com nível superior completo, 27,7% das pessoas brancas se enquadram nessa situação, ao passo que apenas 13% das pessoas negras concluíram alguma graduação (IBGE, 2023).

Evidentemente, a menor escolaridade e o menor acesso às oportunidades de emprego também estão ligados a menor renda e patrimônio. Aliada à grande exploração dos corpos negros e indígenas, outra causa estrutural de injustiça no país é a alta concentração fundiária. Esse problema também possui estreita conexão com o modo de colonização do país e se arrasta desde o século XVI – nunca tendo sido enfrentado por uma necessária e inadiável reforma agrária. Isso é corroborado pelo Censo Agropecuário de 2017, ao ter demonstrado que dos proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários (mais de 10 mil ha) 79,1% são pessoas brancas e 19% de pessoas negras (IBGE, 2021).

Estimulada e propagada pelos tecnocratas representantes do capital, a concepção neoliberal, com suas exigências antidemocráticas de austeridade, cresceu nos últimos anos. Nessa dimensão discorre Rubens Casara, estudioso desse processo:

Com o desenvolvimento do projeto capitalista, o pensamento acabou colonizado, o que deu origem à chamada racionalidade instrumental que permitiu a barbárie nazista. A indústria cultural, por exemplo, desenvolveu-se a partir da captura da sensibilidade e da produção artística pela lógica capitalista, voltada à acumulação do capital e à normalização da opressão de classe. Também os preconceitos de gênero e raça foram colonizados e utilizados para a manutenção do capitalismo. Com a radicalização neoliberal, deu-se uma mutação na subjetividade, em razão do processo de dessimbolização e do empobrecimento subjetivo, que aprofundou a derrocada do pensamento. A utopia iluminista foi substituída, primeiro, pela barbárie e, em seguida, por uma distopia apocalíptica. Com isso, a preocupação deixa de ser com o futuro e a grande questão passa a ser: até quando será possível sobreviver? (Casara, 2024, p. 247).

Uma mentalidade que cada vez mais parece se espalhar entre a população, potencializada pelas redes sociais e as novas tecnologias. Se outrora significou sinal de segurança familiar e objeto de desejo dos trabalhadores, hoje um emprego regido pelas normas trabalhistas asseguradas pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) perdeu atratividade para muitos. Várias dessas pessoas reconhecem-se como “empreendedoras”, buscando uma maior liberdade do que julgam encontrar em uma relação empregatícia.

Se a taxa de desocupação do segundo trimestre de 2024 indicava 8% de pessoas negras, o índice baixava para 5,5% quando se tratava de pessoas brancas (DIEESE, 2024, p. 2). Quando se combinam gênero e raça, o cenário é ainda mais desigual: “cerca de um quarto (24,6%) das mulheres negras aptas a compor a força de trabalho disseram que: (1) estavam desocupadas ou (2) não tinham procurado trabalho por falta de perspectiva ou (3) estavam ocupadas, mas com carga de trabalho inferior à que gostariam de ter” (DIEESE, 2024, p. 3).

No tocante à informalidade que cresceu nos últimos anos, inclusive com a precarização e a retirada dos direitos trabalhistas, a situação continua sendo pior para as pessoas negras. “Quase metade dos ocupados negros estava na informalidade: 46% das mulheres e 45% dos homens”. Por sua vez, “entre os não negros, apesar de elevada, a taxa de informalidade era mais de 10 pontos percentuais menor do que entre negros (34%)” (DIEESE, 2024, p. 4).

Em julho, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) declarou que o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome. Isso porque o país tem patamar inferior a 2,5% da população em risco de subnutrição ou de falta de acesso à alimentação mínima (Brasil, 2025). “A proporção de domicílios com algum grau de insegurança alimentar no país recuou de 27,6% para 24,2% entre 2023 e 2024” (IBGE, 2025, n.p.). Ainda assim, existem 6,48 milhões de pessoas que passam fome. Vale ressaltar o viés de raça, sendo que “no contexto da insegurança alimen-

tar, domicílios com responsáveis de cor branca eram 28,5%, os de cor parda, 54,7%, e os de cor preta, 15,7%” (IBGE, 2025, n.p.).

Já quanto à renda, o abismo permanece. Com dados de 2022 de pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “a renda das pessoas brancas era em média 87% maior que a renda das pessoas negras” (IPEA, 2024, n.p.), sendo que “a maior distância era entre as mulheres negras e os homens brancos” (IPEA, 2024, n.p.). Nesse caso, “estes últimos viviam em domicílios cuja renda por membro era o dobro da renda com que viviam as mulheres negras e suas famílias” (IPEA, 2024, n.p.).

Em que pese uma enorme desigualdade de renda, confirmada ano após ano por sucessivas e detalhadas pesquisas, historicamente a classe dirigente é refratária a políticas que enfrentem radicalmente essa situação escandalosa. Assim detalha Casara:

O modo de produção econômico regido por premissas neoliberais levou à produção de uma subjetividade de novo tipo: um modo de pensar e agir que facilita os negócios e naturaliza os efeitos do capitalismo sem disfarces, no momento neoliberal. O capitalismo precisa de sujeitos produtivos, rentáveis; no neoliberalismo, que na busca por lucro aposta no fenômeno do capitalismo improdutivo (o rentismo), a necessidade é de sujeitos acríticos, distraídos e conformados. [...] A política, da direita à esquerda, parece contaminada pela crença na TINA (‘There Is No Alternative’), discurso ideológico popularizado por Margaret Thatcher. A preguiça, por sua vez, impede a busca de novas soluções para os problemas gerados pelo funcionamento do capitalismo (Casara, 2024, p. 252).



Conforme o Relatório Global de Riqueza 2025, do banco UBS, divulgado em maio passado, o Brasil, junto com a Rússia, é o país mais desigual do mundo. A instituição financeira suíça analisou 56 países e elaborou o índice Gini, considerando todo o patrimônio de uma pessoa e não apenas a renda – como geralmente é calculado. Segundo esse critério, o país possui um índice Gini de 0,82, o que é extremamente alto. O país lidera o *ranking* na América Latina, com cerca de 433 mil milionários em dólares, que consiste em 0,2% da população nacional. Isso perfaz uma riqueza de 1,672 trilhão de dólares. Tendo em vista o patrimônio total dividido pelo número de adultos, a metade mais rica possuía, em 2024, uma renda média de 31.105 dólares, enquanto a metade mais pobre detinha um montante de 6.482 dólares (Brasil lidera..., 2025).

Por sua vez, “o indicador da razão de rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* do 1% mais rico e dos 50% mais pobres indica a distância entre os extremos na sociedade brasileira” (Brasil lidera..., 2025). Em 2023, essa diferença era de 31,2 vezes, ante 30,8 vezes em 2022, de acordo com o Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024 (Pacto, 2025). O dossiê destacou ainda a regressividade do sistema tributário que contribui para a manutenção e até ampliação da desigualdade de renda, como se depreende abaixo:

O IRPF é progressivo até a faixa de 15 a 20 salários mínimos, tornando-se regressivo a partir daí. A maior alíquota efetiva média é de 11,34%, para rendas entre 15 e 20 salários-mínimos, diminuindo para 5,40% em rendas de 240 a 320 salários-mínimos, e aumentando para 7,87% para rendas acima de 320 salários-mínimos. Assim, a carga média do imposto é inferior para os que recebem acima de 320

salários mínimos em comparação com os que ganham entre 5 e 7 salários mínimos (Pacto, 2025, p. 37).

Quer dizer, quem tem mais paga, proporcionalmente, menos. Conforme dito, tal característica da tributação aprofunda e intensifica a concentração de renda. Há uma sobrecarga nos mais pobres e um tratamento mais benéfico para os super-ricos. Por fim, um último indicador que demonstra as desigualdades internas é a estimativa de déficit habitacional. Calculado pelo Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, aponta uma carência de pelo menos 6,2 milhões de domicílios, que consistem em 8,3% dos domicílios no país (Pacto, 2025, p. 51).

Como ensina Marciano Buffon, “o pilar da solidariedade – fundamento do modelo estatal vigente – sofre profundas avarias, e a sociedade perde-se em suas concepções individualistas e egocêntricas” (Buffon, 2009, p. 79). Ora, “é inequívoco que houve um cómodo abandono da ideia de dever social, estimulada pelo marcante individualismo do tempo contemporâneo, que empalideceu e fez tornar-se anacrônica a imprescindível solidariedade social” (Buffon, 2009, p. 82).

Ora, “só há deveres porque se vive em sociedade, e esta será tanto mais harmônica, quanto maior for a preocupação, de cada um, com o destino de todos” (Buffon, 2009, p. 85). Nesse sentido, pontua o tributarista:

Em verdade, não há como se exigir a concretização dos direitos fundamentais, sem que haja, em contrapartida, a contribuição dos cidadãos para que tal intento seja alcançado. Ou seja, não há como concretizar direitos fundamentais, sem que haja o cumprimento, por parte dos cidadãos, de um dos principais

deveres de cidadania: pagar tributos. Isso se verifica, por óbvio, porque a realização dos direitos fundamentais, especialmente aqueles de cunho prestacional, implica a assunção de um significativo ônus financeiro. Ocorre que tal encargo social vem sendo ‘esquecido’, pois há uma parcela expressiva da sociedade que restringe a concepção de cidadania apenas à esfera dos direitos, descurando da faceta obrigacional daquela (Buffon, 2009, p. 79).

Diante dos dados compilados está mais do que evidente que o Brasil é um Estado de consistentes e acentuadas desigualdades. Algumas delas remontam à violenta colonização do país, que deixou uma herança perversa de exclusão e concentração fundiária. Por isso, como muito bem aponta Buffon, a única forma de lidar com tais questões é a adoção de efetivas políticas públicas. E, para que o Estado possa agir e sustentar suas iniciativas em prol da coletividade, é mais do que urgente romper com as amarras de um poder público enfraquecido e sem recursos.

Ou seja, parece óbvio que a partir de um cenário de injustiça social o poder público não pode se ausentar, nem muito menos cortar quaisquer investimentos sociais já existentes. Todavia, os tecnocratas do mercado seguem inabaláveis em suas pautas de controle do orçamento público, sempre propugnando pela diminuição do Estado. Afinal, a quem interessa os esvaziamentos do aparato estatal e as ameaças às instituições democráticas em nome das exigências por austeridade e equilíbrio das contas públicas?

## IV. MERCADO E A DEMOCRACIA BRASILEIRA ENCURRALADA

A té aqui, é possível concluir que a austeridade “foi concebida, e bem-sucedida, como um contra-ataque: ela opera para conservar a primazia e a irrefutabilidade do sistema capitalista em momentos em que este está sob ameaça política” (Mattei, 2023, p. 375). Com seus instrumentos assertivos, “a austeridade é particularmente eficaz não na estabilização de economias, mas na estabilização das relações de classe” (Mattei, 2023, p. 375) e isso os exemplos da Inglaterra e da Itália no pós-guerra são esclarecedores.

Mattei, que desenvolveu um denso estudo sobre a austeridade e seu viés antidemocrático, reconhece que “a década da austeridade que se seguiu à Primeira Guerra Mundial na Grã-Bretanha e na Itália consolidou plenamente a ordem social burguesa” (Mattei, 2023, p. 393). Seus efeitos foram nefastos para a classe trabalhadora, assevera a economista:

As estatísticas econômicas reunidas neste capítulo corroboram o argumento de que a austeridade funcionou (e ainda funciona) para restaurar as condições ideais de acumulação de capital, principalmente por meio de desemprego mais alto, salários mais baixos, aumento da exploração e aumento da participação dos lucros. A austeridade produz escassez em larga escala que alinha os trabalhadores com os interesses dos proprietários. Nesse sentido, a estratégia das políticas da austeridade ‘voltadas para a inflação’ pode ser mais bem descrita como uma estratégia ‘voltada para a taxa de exploração’ (Mattei, 2023, p. 393).

Os dois casos históricos, apesar de seus drásticos efeitos em comum, se utilizaram de meios distintos para atingir seus objetivos. “Enquanto os altos funcionários do Tesouro britânico dependiam principalmente da coerção econômica das forças impessoais do mercado, os professores italianos se beneficiavam da coerção política de uma ditadura fascista” (Mattei, 2023, p. 394). Mesmo em uma democracia, sob a “ordem do capital austera, protestos populares podem surgir, porém os manifestantes enfrentam um cenário político que os enfraquece estruturalmente: é difícil protestar contra a austeridade capitalista quando se depende do capitalismo para sobreviver” (Mattei, 2023, p. 395).

Importante consignar que a constatação acima mencionada não se refere somente a eventos isolados e já superados no tempo. Ao contrário, “a mesma avaliação de fracasso pode ser extraída das quase incontáveis crises econômicas que se seguiram às revoluções de austeridade na América Latina e na Europa nas últimas décadas” (Mattei, 2023, p. 397). Ainda assim, a agenda da austeridade continua com suas investidas recorrentes. Infelizmente, não saiu da ordem do dia também no Brasil.

Imprescindível pontuar terem sido inegáveis os progressos na diminuição da pobreza no país, por meio de relevantes políticas sociais dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, as desigualdades entre o topo da pirâmide e os mais pobres permaneceram intocáveis. E mesmo que tenha contado com grande apoio popular nos primeiros mandatos, jamais se conseguiu alcançar uma tributação mais igualitária,

como, por exemplo, a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto no artigo 153, VII da Carta Constitucional de 1988.

Na mesma medida, nunca se conseguiu implementar a reforma agrária – mesmo com a histórica ligação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) –, nem mesmo se avançar significativamente na demarcação das Terras Indígenas, como manda o art. 231 da Constituição Federal. Um dos motivos é a força político-econômica do agronegócio e a sua sobre-representação no Congresso Nacional, que barra quaisquer medidas nessa direção. Nesse ponto observa Piketty:

Se fica claro que as rendas baixas foram beneficiadas com as políticas realizadas proporcionando um aumento da participação dos 50% mais pobres entre 2002 e 2015, o problema é que essa melhora foi toda feita em detrimento da classe média ou, mais precisamente, dos grupos sociais compreendidos entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos, sem nunca prejudicar os 10% mais ricos, que conseguiram manter sua posição (já tipicamente elevada no Brasil). Quando se trata do 1% mais rico, observamos entre 2002 e 2015 um crescimento de sua parcela na renda total, parcela esta duas vezes mais elevada que a detida pelos 50% mais pobres. Esses resultados decepcionantes e paradoxais têm uma explicação simples: o PT nunca realizou uma verdadeira reforma tributária. As políticas sociais foram financiadas pela classe média e não pelos mais ricos, pela única e simples razão de que o PT nunca conseguiu enfrentar a regressividade estrutural do sistema tributário do país, que impõe pesadíssimos impostos e taxas indiretas sobre o consumo (chegando a 30% nas contas de luz), enquanto os impostos progressivos sobre as rendas e os patrimônios

mais altos são, historicamente, pouco desenvolvidos (por exemplo, as mais altas heranças pagam no máximo uma alíquota de 4%) (Piketty, 2020, p. 811).

Neste terceiro mandato do presidente Lula, em face do complexo cenário político e as ameaças golpistas da extrema-direita, o tom conciliatório segue sendo a marca do mandatário. Vale citar a falta de coragem para enfrentar as Forças Armadas, com medidas mais efusivas de reparação aos abusos da ditadura civil-militar. Nem sequer a construção de memorial da democracia, para preservar a memória histórica dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, se concretizou. Todavia, deve-se reconhecer que algumas iniciativas foram propostas para tornar o sistema tributário menos injusto.

Apesar de todo o *lobby* do setor empresarial no Parlamento, finalmente se logrou aprovar a reforma tributária. Por outro lado, o governo conseguiu avançar, após meses de chantagem na Câmara dos Deputados, na isenção de imposto de renda para quem ganha até cinco mil reais. Ao passo que teve um sério revés, com a retirada de pauta de uma medida provisória, que aumentava a tributação sobre as apostas *on-line*, as instituições financeiras e as *fintechs*.

No mais, deve-se notar que nos anos recentes, após o trágico fim do governo Dilma e a ascensão de Michel Temer, seguida de Jair Bolsonaro, a agenda de austeridade ganhou forte tração novamente. Houve uma série de privatizações, tais como a BR Distribuidora e a Eletrobrás, no âmbito federal, além de empresas estatais estaduais e municipais, como mais recentemente a Sabesp e a Emae em São Paulo. Não se pode negar que a extre-

ma-direita encampou essas pautas do mercado e teve sucesso em convencer parte da população com um discurso anti-Estado. Nessa esteira, desenvolve Casara:

Se em sua dimensão individual o imaginário neoliberal faz com que uma pessoa passe a atuar no ‘mundo-da-vida’ à imagem e semelhança do ideal neoliberal representado pelo ‘homem econômico’ (consumindo acriticamente e fazendo cálculos de interesse), em sua dimensão coletiva ele tende à formação de massas. Aqui, adere-se à distinção proposta por Antonio Negri e Michael Hardt entre os conceitos de ‘multidão’, tendencialmente democrática, e ‘massa’, potencialmente autoritária. As ‘massas’ são compostas por todos os tipos e todas as espécies de indivíduos, mas, nelas, todas as diferenças são submersas (Casara, 2024, p. 241-242).

Geralmente, uma das prioridades dos tecnocratas é a exigência de uma burocracia financeira inalcançável pelo poder político, dócil apenas aos interesses do mercado. Como aponta Mattei (2023, p. 371), tanto na Itália como em outros lugares “o principal motivo para exigir um banco central independente era evitar qualquer possível controle democrático das políticas econômicas, impedindo, assim, a interferência popular na austeridade”. Ainda que de modo distinto, também “os tecnocratas britânicos exerceram forte pressão para a implementação de uma política econômica não democrática por meio de independência e autoridade dos bancos centrais” (Mattei, 2023, p. 372).

No Brasil, a aprovação da independência do Banco Central se deu com a Lei Complementar 179/2021 durante o governo Bolsonaro. Desde então, o presidente e os diretores da instituição possuem mandatos que não coincidem com o do presidente da República. Trata-se,



pois, de uma vitória do mercado e seus representantes, para seguir avançando com sua agenda, em detrimento de políticas públicas com o controle democrático.

Outra vitória do mercado é a narrativa contrária a qualquer majoração da tributação. Quer dizer, mesmo que seja direcionado a corrigir uma injustiça histórica e atinja uma parcela mínima de super-ricos, o aumento de impostos tende a ser rejeitado pela opinião pública. A força de influência das bandeiras do mercado com amplo espaço midiático incutiu na população uma certa aversão a qualquer crescimento da carga tributária, imputando ao poder público a imagem de privilégios inaceitáveis.

Além de falta de sensibilização política, pode-se falar em um hiperindividualismo acrescido de um egoísmo crescente, como estatui Casara:

Curiosamente, o traço distintivo da massa neoliberal é a circunstância de as pessoas terem sido arrebanhadas pelo egoísmo. As imagens neoliberais, que fazem uma espécie de mixagem entre alguns dados retirados da realidade social (em especial, os preconceitos sedimentados na sociedade e as condutas exibicionistas, paranoicas ou perversas), levam ao egoísmo que, paradoxalmente, irá ‘unir’ as pessoas. As pessoas procuram vantagens pessoais na massa. Há uma identificação na massa pela vontade de lucrar e de ver prevalecer o seu desejo pessoal, mesmo que, para isso, o desejo do ‘outro’, que também pode estar na mesma massa, deva ser aniquilado. Como a formação da massa neoliberal não está sujeita a qualquer reflexão em razão do empobrecimento subjetivo neoliberal, as contradições entre os interesses dos membros da massa não são percebidas (Casara, 2024, p. 240).

Mesmo após a pandemia, ainda é muito comum encontrar algum grau de rejeição aos programas de proteção social, em uma parcela da classe média e da elite. Como já foi dito acima, a despolitização promovida pelos defensores da austeridade faz com que alguns sigam acreditando estar o sucesso econômico atrelado ao mero esforço pessoal. De outra feita, “a austeridade foi, desde o início, avivada pela ansiedade em relação às vontades e às ações de cidadãos ‘merecedores’” (Mattei, 2023, p. 411).

Ora, “a relação universal entre austeridade e repressão política, que foi exposta pelo fascismo, mas soterrada por políticas em outros lugares, revela como o tratamento econômico dos cidadãos italianos não era tão diferente daquele que os especialistas britânicos imaginaram para o próprio povo” (Mattei, 2023, p. 412). Os traços autoritários da agenda da austeridade ficaram mais do que evidentes. Assim, como encarar o nervosismo dos mercados quando não são atendidos em suas exigências de redução dos investimentos sociais?

“A austeridade fiscal assume a forma de cortes orçamentários, especialmente para assistência social, e tributação regressiva (ou seja, uma política tributária que retira proporcionalmente mais dinheiro de quem tem menos)”. Ora, “essas duas reformas possibilitam a transferência de recursos da maioria dos cidadãos para a minoria – as classes poupadoras e investidoras –, de modo a garantir as relações de propriedade e a formação de um capital maior” (Mattei, 2023, p. 189-190).

Como se não bastasse, nos últimos meses com a diminuição da taxa de desemprego para o menor patamar histórico da série (5,6% em julho de 2025), a reação do

mercado beira à incômoda incredulidade. Em vez de reagir positivamente ao aquecimento do mercado de trabalho, inclusive com o aumento do nível de renda da população, os tecnocratas ficam histéricos. A lógica é essa exposta por Mattei no trecho abaixo:

A austeridade industrial refere-se a uma imposição de paz industrial, ou seja, de relações não contestadas, hierárquicas, de produção. [...] O aumento do desemprego não só reduz os salários dos trabalhadores, como garante a ‘paz industrial’ ao acabar com a influência política e a militância da mão de obra. Uma classe trabalhadora fraca e dócil é aquela cuja pressão por medidas sociais, tributação progressiva e outras políticas redistributivas estão subordinadas às austeras prioridades de deslocamento de recursos, que favorecem as classes poupadoras-investidoras. Os sindicatos renunciam às propostas e às práticas radicais que desafiam a propriedade privada e estão dispostos a colaborar para aumentar a eficiência da produção em nome de uma causa nacional (Mattei, 2023, p. 190-191).

Deve-se frisar que “as políticas de austeridade permanecem fundamentadas em um esforço de proteger a governança econômica da opinião pública – de evitar que a economia se torne política” (Mattei, 2023, p. 411). Ao denunciar o viés antidemocrático dessas medidas, a conclusão de Mattei sobre a Inglaterra e a Itália do entreguerras também se aplica aos programas atuais dos economistas ortodoxos: “o conceito de liberdade econômica dos tecnocratas era, de fato, incompatível com qualquer empoderamento da maioria” (Mattei, 2023, p. 413).

“Na visão dos especialistas, a liberdade econômica era mais importante que a liberdade política – em especial a liberdade política de administrar a economia

em termos democráticos” (Mattei, 2023, p. 412). Por isso, quando o mercado exige a diminuição de “gastos sociais” para preservar o inviolável equilíbrio das contas públicas, é preciso se questionar. Em nome de quem o fazem? Com qual legitimidade política? Trata-se de uma demanda razoável em um país tão desigual que necessita exatamente de mais aportes em políticas públicas?

Se o governo investisse mais na educação financeira e em campanhas de conscientização da população, o apoio e a pressão popular poderiam crescer e pressionar as poderosas bancadas parlamentares representantes das elites. Nesse ponto aprofunda Casara:

Para que exista uma esfera pública democrática e aberta à diferença é preciso um mínimo consenso sobre algumas questões e procedimentos que devem ser pressupostos para permitir o debate e a discussão por atores privados e públicos, bem como possibilitar práticas de autodeterminação política entre pessoas livres e iguais. A lógica da concorrência, o empobrecimento da linguagem e ilimitação na busca por lucros dificultam a formação de consensos, a existência de respeito nos debates e a adesão a procedimentos que funcionariam como condições de possibilidade da chamada democracia deliberativa; o neoliberalismo mostra-se um obstáculo na busca por decisões a partir de argumentos racionais que digam respeito a questões seriamente debatidas na sociedade (Casara, 2024, p. 255).

Acontece que “os capitalistas sempre se interessaram pela educação” (Freudenberg, 2022, p. 159). Um interesse lucrativo e parcial, é importante frisar. “Nas últimas décadas, no entanto, o muro entre o público e o privado se tornou poroso, e, ainda mais recentemente

te, o setor privado e as grandes empresas reivindicam maior participação na definição de políticas, gastos e práticas de educação” (Freudenberg, 2022, p. 158).

Os donos do capital querem aquilo que Paulo Freire chamava de uma educação bancária. Ou seja, buscam “nas escolas trabalhadores com as competências de que necessitam, consumidores com o desejo de comprar seus produtos e cidadãos que respeitam a crença de que o capitalismo é o melhor sistema possível” (Freudenberg, 2022, p. 159). “Os gestores veem os estudantes, os produtos do sistema educacional, como um insumo decisivo que influenciará na rentabilidade” (Freudenberg, 2022, p. 161-162).

Além dos recorrentes ataques ao funcionalismo público e o congelamento de salários iniciados pelo governo Temer e potencializados na gestão Bolsonaro, as investidas contra a educação pública também vêm sendo promovidas nas esferas estaduais, por projetos políticos que encampam o discurso de austeridade. A título de exemplo, podem ser citadas as iniciativas do governo Ratinho Júnior, no Paraná, e Tarcísio de Freitas, em São Paulo, com a privatização da gestão e de outros serviços nas escolas estaduais.

Outra via de enfraquecimento de uma educação pública de qualidade são as escolas cívico-militares, em que atrelada à promessa de disciplina está a suposta eficiência dos militares na gestão da estrutura estatal. Um projeto que, apesar de privilegiar o autoritarismo e truculência ao invés da pluralidade e do diálogo, vem encontrando respaldo em setores da sociedade brasileira. Nessa lógica, acrescenta Stanley:

Para implementar o pleno programa ideológico de uma educação fascista, não é obrigatório dismantelar um sistema educacional democrático. Basta simplesmente eliminar os elementos que criam oportunidades para a igualdade social e econômica, preservando mais do que as afirmações de um excepcionalismo nacional e uma parca formação profissional (Stanley, 2025, p. 133).

Há que se frisar que uma das linhas mestras da austeridade consiste na exaltação da esfera privada em detrimento da pública. “A mudança de estratégia defendida pelos economistas da austeridade ‘diminuiu a esfera do governo’” (Mattei, 2023, p. 221). Ou seja, “os governos deviam parar de interferir e se ater mais ‘a seus próprios negócios, que devem fornecer as condições gerais para a atividade privada irrestrita’” (Mattei, 2023, p. 222). Uma atividade que possui em seu centro, deve-se pontuar sempre, a obtenção do lucro para os seus acionistas.

A receita dos tecnocratas da economia era e continua sendo a privatização. Ora, “o retorno da primazia da iniciativa privada tinha interesses muito mais elevados que o mero objetivo de eficiência: a volta da privatização dizia respeito à despolitização da economia, o que afastaria as aspirações das classes trabalhadoras das organizações sociais alternativas” (Mattei, 2023, p. 223). Como já explicitado, esse discurso da ineficiência do Estado possui um forte eco na sociedade nacional, vindo sendo habilmente manipulado pelas forças neoliberais em aliança com a extrema-direita.

Nessa mesma linha alerta Freudenberg (2022, p. 160) sobre a “transferência de serviços para a economia de mercado”. Dentro dessa lógica, “os serviços públicos, que têm sido minados por austeridade e desinvestimen-

to – escolas e hospitais públicos, por exemplo –, podem ser oferecidos com maior eficiência pelo setor privado” (Freudenberg, 2022, p. 160). Trata-se de um enfraquecimento da estrutura pública, com o seu devido sucateamento, para que depois possa ser privatizada em nome de um suposto melhor serviço à população.

Com todas essas ameaças à educação pública de qualidade, a austeridade não parece forçar o caminho para uma antieducação, nos termos preconizados por Stanley? Vale conferir no trecho abaixo:

Existem múltiplas formas de atacar a democracia por meio do sistema educacional. A educação fascista é uma educação para a mobilização. Tal como a propaganda fascista, ela prepara os cidadãos para a violência, em defesa de um líder, de um grupo étnico ou de uma religião. Ela cria um sentimento de injustiça e rancor que é utilizado para justificar a violência em apoio a um líder – para se vingar de uma suposta traição das forças militares ou de uma eleição fraudada. É antidemocrática, é uma educação para a desmobilização. O objetivo da antieducação é não só tornar a população ignorante sobre a história e os problemas da nação, mas também de dividir esses cidadãos em um enorme número de grupos diversos, sem qualquer possibilidade de entendimento mútuo e, portanto, sem qualquer possibilidade de agir como uma massa unificada. Em decorrência disso, a antieducação torna a população apática – deixando a tarefa de dirigir o país a outros, sejam eles autocratas, plutocratas ou teocratas (Stanley, 2025, p. 134).

E os defensores do capital não perdem tempo e avançaram com sua agenda de austeridade nos últimos anos de ascensão da extrema-direita no país. Vale trazer presente que, assim que Michel Temer assumiu

o poder em 2006, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, estabelecendo o popularmente conhecido “teto de gastos”. Esse dispositivo congelava a despesa primária do governo em termos reais, limitando-a ao aumento da inflação. A partir de então o orçamento social sofreu reduções severas. Os impactos foram ainda mais intensos no governo Bolsonaro com cortes sucessivos nos orçamentos das universidades públicas, que quase as levaram à paralisação por falta de recursos.

Com uma retórica e postura violenta, o governo anterior era declaradamente contrário às políticas afirmativas e de diminuição da desigualdade. Por inúmeras vezes atacou os povos indígenas, os quilombolas, os trabalhadores rurais sem-terra e os movimentos sociais em geral. Por outro lado, colocou-se ao lado do agronegócio e do mercado em sua ânsia de promover retrocessos na legislação ambiental, para avançar sobre os últimos ecossistemas protegidos. Tudo isso em prol do crescimento da economia do país.

Mas os anos turbulentos pós-crise dos derivativos já não haviam sido suficientes para comprovar que o mercado e seus tecnocratas precisam do Estado e que não só é legítimo, mas também urgente e inegociável a adoção de políticas públicas redistributivas? Assim recorda Buffon:

O que entrou em crise, há mais de dez anos, é a concepção que se apresentou como fórmula capaz de assegurar o progresso e a riqueza a todos – aqui no Brasil materializada, entre outros, pelo clichê, sem autoria assumida, ‘deixa o bolo crescer para dividir depois’. Não é preciso realizar um esforço investigativo de fôlego para perceber que a implementação de dogmas, como o da total desregulamentação



do mercado financeiro, ocupa um espaço de crucial importância nos eventos que se sucedem desde 2008 (Buffon, 2019, p. 24).

Mesmo depois da crise econômica de 2008, tais retrocessos aconteceram na esteira do fortalecimento do extremismo político em quase todo o mundo. E aqui ao questionamento do apoio dos donos do capital, cabe trazer a precisa afirmação de Mattei (2023, p. 415): “a mescla de autoritarismo, conhecimento econômico e austeridade é tendência recorrente na história moderna”. Com Bolsonaro não foi diferente ao contar com o entusiasmo e a sustentação dos burocratas da austeridade.

Como não se recordar das repetidas afirmações e compromisso do ex-presidente de que seu ministro da Economia Paulo Guedes, egresso da Universidade de Chicago e com larga carreira nas instituições financeiras, teria total autonomia para cumprir seu programa econômico, sem qualquer tipo de interferência política? A combinação perfeita para o mercado: submissão do projeto político aos ditames da austeridade, com a nomeação de um dos seus para supervisionar o sistema, além de ataques à estrutura do Estado, com cortes em investimentos sociais e estrangulamento do funcionalismo estatal.

Vale reiterar que, “em períodos de maior contestação popular contra a ordem do capital o único caminho para alcançar esses fins de austeridade era endossar o autoritarismo” (Mattei, 2023, p. 414). Assim, diante das inegáveis tentativas golpistas dos últimos anos no Brasil, coloca-se como fundamental alguns questionamentos: os representantes do mercado seguem agindo para sabotar a agenda democrática de diminuição da desi-

gualdade? Qual o apoio efetivo dado à extrema-direita e seus meios antidemocráticos de voltar ao poder? Além de querer impor o austericídio a todo custo, o mercado e seus tecnocratas também sustentam o golpismo autoritário?

Nem a derrota eleitoral desse projeto nem a retomada de um governo com apelo popular foram suficientes para fazerem as pressões tecnocráticas do capital cessarem. Tendo que negociar com um Congresso de ampla maioria fisiológica e com muitos representantes da extrema-direita, o teto dos gastos foi substituído pelo “arcabouço fiscal”, a Lei Complementar nº 200/2023. Essa legislação estabelece um crescimento real por ano entre 0,6% e 2,5% das despesas, tendo previsto metas fiscais de superávit primário. Ou seja, em que pese tenha havido alguma folga para aumentos em políticas sociais, o espaço continua bastante restrito.

Por outro lado, algumas iniciativas recentes de majorar a carga tributária de setores privilegiados – como o Decreto nº 12.499/2025 e a Medida Provisória nº 1303/2025 – foram barradas pelo Poder Legislativo. Sem a autorização do Parlamento, a margem para políticas públicas mais impactantes se estreita, prejudicando uma população que é vítima de uma profunda desigualdade social, como foi visto acima. Enquanto isso, a elite do capital segue sendo favorecida por meio de tributos mais baixos sobre *startups* financeiras, empresas de apostas e investimentos em letras de crédito.

Mas, afinal, para que servem os tributos? Buffon é bastante certo ao destacar a sua importância no financiamento de um Estado responsável e comprometido com o bem comum, a serviço da boa política:

A conexão entre o dever de contribuir para a sustentação dos gastos públicos e o princípio da solidariedade resulta inegável, já que o cumprimento ou descumprimento do dever de contribuir beneficia ou prejudica, respectivamente, a todos, dado o caráter público do ente estatal. Pode-se afirmar, portanto, que os deveres fundamentais correspondem aos meios necessários para que o Estado possa atingir sua histórica finalidade de propiciar o bem comum, o que, em arriscada síntese, pode ser entendido como a concretização dos objetivos constitucionalmente postos, mediante, especialmente, a realização dos direitos fundamentais (Buffon, 2009, p. 86).

Assim, a diminuição da desigualdade no país depende da promoção de um conjunto de políticas públicas apropriadas. Por sua vez, só haverá políticas públicas se houver espaço no orçamento público. E isso depende da ausência de medidas de austeridade e recursos suficientes, que vêm da cobrança de tributos. Logo, demonizar um sistema tributário progressivo para financiar as políticas públicas, em última análise, significa ser contrário à diminuição da abissal desigualdade social no Brasil. Continuar insistindo em medidas de austeridade em meio a realidade de injustiça social implica em violar a Constituição Federal e flertar com o autoritarismo para beneficiar uma limitada elite capitalista. E isso não possui guarida na ordem constitucional vigente.

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou desenvolver como a austeridade, segundo um viés autoritário, serve para manter e aprofundar as diferenças sociais abissais em um Brasil historicamente desigual. A propósito, a crise

do capitalismo e a ascensão de projetos políticos extremistas em vários países mundo afora têm intensificado a pauta dos tecnocratas do capital. Conhecer a dinâmica histórica da interface do modelo capitalista e de seus sustentáculos antidemocráticos pode ser fundamental para perceber suas ameaças na atualidade e evitar que o fascismo tome o poder novamente.

O primeiro capítulo tratou da gênese da austeridade e seu caráter antidemocrático na legitimação de um capitalismo que só beneficia uma pequena elite. De início, Thomas Piketty ajuda a compreender o caráter burguês e proprietarista das revoluções do século XVIII. Depois, o artigo traz parte da análise de Clara Mattei sobre como a austeridade foi utilizada na Inglaterra e na Itália, no período após a Primeira Guerra Mundial, para consolidar as relações de classe e promover o acúmulo de capital em uma diminuta elite. A autora demonstra como a dissociação entre economia e política, com o fim de propugnar uma suposta objetividade econômica, não passa de um subterfúgio para fortalecer o capitalismo.

O segundo capítulo se debruçou sobre a realidade brasileira e suas múltiplas desigualdades. Nessa parte foram compilados alguns dados para aprofundar as raízes das injustiças estruturais que remontam à colonização do país. Destacaram-se principalmente a concentração fundiária e a escravização de indígenas e africanos, comprovando como suas consequências se fazem sentir até os dias de hoje.

Por fim, o terceiro capítulo elencou as inúmeras demandas do mercado e o consequente enfraquecimento do Estado Democrático e Social de Direito. Afinal, em um país com tantas injustiças sociais revela-se incon-

tornável a promoção de políticas públicas para atacar tais problemas estruturais. Aqui não se trata de uma posição meramente ideológica, mas fruto dos próprios dispositivos constitucionais em vigor.

Nesse sentido, querer barrar tais iniciativas em favor da austeridade fiscal, monetária e industrial não possui nenhuma legitimidade democrática. Ao contrário, essa agenda serve apenas a interesses de uma exclusivíssima elite dona do capital em detrimento de uma ampla maioria da população. Dobrar-se a tais pressões do mercado é capitular e entregar o bem comum ao puro arbítrio dos tecnocratas da ortodoxia econômica.

Para enfrentar a chaga da desigualdade socioeconômica, depende-se de um Estado com instituições fortes, com um bem preparado funcionalismo público e um orçamento suficiente para dar concretude ao interesse comum da coletividade. Cortes nos investimentos sociais, desregulamentações financeiras, privatizações e instituições econômicas independentes e imunes ao controle democrático quase sempre fazem parte de um receituário elitista e autoritário. Resistir a tais investidas significa lutar pelo Estado Democrático e Social de Direito e uma maior justiça social, base necessária de toda dignidade humana.

## REFERÊNCIAS

ATLAS da Violência-2025. **IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> Acesso em: 11 out. 2025.

BARRETO, Vicente de Paulo; BRAGATO, Fernanda Frizzo; LEMOS, Walter Gustavo. **Das tradições ortodoxas nos direitos humanos**: uma antologia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. **Dignidade humana pluriversal: uma leitura descolonial na Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

BRASIL lidera em número de milionários na América Latina, mas é o país mais desigual; veja ranking. *In: G1*, 20 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/06/20/brasil-lidera-em-numero-de-milionarios-na-america-latina-mas-e-o-pais-mais-desigual-veja-ranking.ghtml> Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL sai do Mapa da Fome da ONU: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes. *In: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome*, 28 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes> Acesso em: 11 out. 2025.

BUFFON, Marciano. **Tributação, desigualdade e mudanças climáticas: como o capitalismo evitará seu colapso.** Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

BUFFON, Marciano. **Tributação e dignidade humana: entre os direitos e deveres fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

CASARA, Rubens. **A construção do idiota: o processo de idiossujetivação.** Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2024.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste.** São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/consciencia-Negra.html>. Acesso em: 11 out. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdade social por cor ou raça.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/> Acesso em: 11 out. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua Educação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/> Acesso em: 11 out. 2025.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44728-mais-de-dois-milhoes-de-lares-saem-da-inseguranca-alimentar-em-2024>. Acesso em: 11 out. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 2024**. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portao/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao>. Acesso em: 11 out. 2025.

FREUDENBERG, Nicholas. **A que custo? O capitalismo (moderno) e o futuro da saúde**. São Paulo: Elefante, 2022.

MATTEI, Clara. **A ordem do capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

PACTO NACIONAL PELO COMBATE ÀS  
DESIGUALDADES. **Relatório do**

**Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024**. São Paulo: Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, 2025. Disponível em: [https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2024/09/RELATORIO\\_2024\\_v3-1.pdf](https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2024/09/RELATORIO_2024_v3-1.pdf) Acesso em: 12 out. 2025.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

STANLEY, Jason. **Apagando a história**: como os fascistas reescrevem o passado para controlar o futuro. Porto Alegre: L&PM, 2025.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.01

## Gabriel dos Anjos Vilardi



**G**abriel dos Anjos Vilardi. Jesuíta. É mestreando no Programa de Pós-Graduação em Direito Público da Unisinos. Possui graduação em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2021) e graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012). Sua área de pesquisa abrange o Direito Constitucional e os Direitos Humanos, com foco no Direito Indígena. Foi membro da Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima (2022-2023), sob orientação do Regional Norte 1 do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), onde viveu e trabalhou com os Povos Wapichana e Macuxi, na região Serra da Lua. Atualmente é membro do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, onde contribui com artigos, eventos e demais atividades, com ênfase em Povos Indígenas, Amazônia e Teologia Pública.

### ARTIGOS DE GABRIEL DOS ANJOS VILARDI REPRODUZIDOS PELO IHU

- De uma Igreja-mestra patriarcal para uma Igreja-aprendiz feminista. Artigo de Gabriel Vilardi
- Companhia de Jesus e o compromisso com a Justiça. Artigo de Gabriel Vilardi
- Alto lá, esta terra tem dono: atrocidades do país da COP30. Artigo de Gabriel Vilardi
- Oitenta anos de Frei Tito de Alencar e a resistência ao autoritarismo. Artigo de Gabriel Vilardi





- Querida Amazônia e o resistente etnocentrismo: onde está o teu irmão indígena? Artigo de Gabriel Vilardi
- Testemunhas do Evangelho dos Pobres: bispos que fazem falta. Artigo de Gabriel Vilardi
- Rio Grande do Sul e a marginalização Guarani. Artigo de Gabriel Vilardi
- Pedro Casaldáliga e a Igreja da Caminhada que resiste. Artigo de Gabriel Vilardi
- Inácio de Loyola em tempos sombrios. Artigo de Gabriel Vilardi
- Soberania, o agro e o golpismo antipatriótico. Artigo de Gabriel Vilardi
- Egydio Schwade: 90 anos do peregrino indigenista. Artigo de Gabriel Vilardi
- Destruição ambiental, Marina Silva e o lugar de cada um. Artigo de Gabriel Vilardi
- Finalmente haverá justiça para Vicente Cañas? Artigo de Gabriel Vilardi
- O jubileu, o papa e a anistia: haverá Esperança? Artigo de Gabriel Vilardi
- O adeus ao Papa da Indiferença. Artigo de Gabriel Vilardi
- Povos indígenas e as ameaças pré-COP30 aos seus territórios ancestrais. Artigo de Gabriel Vilardi
- Esperança: teimosa utopia ou desencarnada alienação? Artigo de Gabriel Vilardi



- 45 anos do martírio de Óscar Romero e uma Igreja em libertação. Artigo de Gabriel Vilardi
- Padre Lino Stahl: o missionário jesuíta que amou o Japão. Artigo de Gabriel Vilardi
- Papa Francisco: uma voz que clama no deserto. Artigo de Gabriel Vilardi
- Ante o fim da tirania da diversidade a resistência da alteridade. Artigo de Gabriel Vilardi
- Quantos quilos de minério vale uma vida indígena? Artigo de Gabriel Vilardi
- Brasil: nunca mais! O velho golpismo e a velha tentativa de anistia. Artigo de Gabriel Vilardi
- Governo Lula quer passar a boiada? A lenga-lenga da exploração de petróleo e o direito da Foz do Rio Amazonas. Artigo de Gabriel Vilardi
- Pedro Arrupe, SJ: o homem de Hiroshima e a Igreja encarnada nas dores do mundo. Artigo de Gabriel Vilardi
- Não vai ter COP 30! O Brasil que não sabe ouvir os Povos Indígenas. Artigo de Gabriel Vilardi
- João Batista Libanio: um teólogo imprescindível para os atuais tempos. Artigo de Gabriel Vilardi
- Emergência climática e a demarcação das terras indígenas como caminho de resistência ao colapso. Artigo de Gabriel Vilardi
- A historicização dos Direitos Humanos: os mártires da UCA e a resistência de Chico Mendes. Artigo de Gabriel Vilardi



- O início de um fim: a resistência contra a violência do patriarcado. Artigo de Gabriel Vilardi
- Os rios secam e a floresta queima: a Amazônia e seus povos à beira da exaustão. Artigo de Gabriel Vilardi
- Os Povos Indígenas, a Constituição e a Descolonização do Direito. Artigo de Gabriel Vilardi
- Taizé: uma parábola de reconciliação para um mundo dilacerado. Artigo de Gabriel Vilardi
- Governo se afasta do movimento indígena: tutela, falsa conciliação e PEC da morte. Artigo de Gabriel Vilardi
- Massacre do Rio Abacaxis: impunidade e omissão do governo federal. Artigo de Gabriel Vilardi
- Cinco anos do Sínodo para a Amazônia. Um sonho adiado? Artigo de Gabriel Vilardi
- Amazônia querida em perigo: a dança da Rede um Grito pela Vida. Artigo de Gabriel Vilardi
- Hélder, Luciano e Zumbi: bispos e profetas de uma Igreja em saída. Artigo de Gabriel Vilardi
- A proteção aos Povos Indígenas Livres e as ameaças do povo da mercadoria: resistência à pacificação forçada. Artigo de Gabriel Vilardi
- Quartas de debate: Massacre Guarani Kaiowá e o direito de (r)existir. Violência e omissão do Estado. Artigo de Gabriel Vilardi
- Massacre Guarani Kaiowá e o direito de (r)existir. Violência e omissão do Estado. Artigo de Gabriel Vilardi



- Inácio de Loyola e o peregrinar por uma Igreja mais humilde, servidora e sinodal. Artigo de Gabriel Vilardi
- Manuel Larraín e Hélder Câmara: Padres da Igreja Latino-Americana e rebeldes artífices do Vaticano II. Artigo de Gabriel Vilardi
- Raposa Serra do Sol sob ataque: o agro se lança contra os Povos Indígenas. Artigo de Gabriel Vilardi
- Emergência climática e o novo normal: o grito da Mãe Terra ecoa do Sul. Artigo de Gabriel Vilardi
- Padre Júlio, o incansável Lancellotti das Ruas, resiste contra o PL da Fome. Artigo de Gabriel Vilardi
- Dia Mundial do Refugiado e o desafio de realmar a realidade migratória. Artigo de Gabriel Vilardi
- E se fossem todos embora as religiosas, os religiosos e os padres LGBTQ+? Artigo de Gabriel Vilardi
- Os Povos Indígenas e os Direitos da Natureza: um caminho de ancestralidade. Artigo de Gabriel Vilardi
- Novo regime climático e a insistência na exploração petrolífera em Roraima: um desastre anunciado. Artigo de Gabriel Vilardi
- O (não) lugar das mulheres: o desafio de desmasculinizar a Igreja. Ciclo de estudos no IHU. Artigo de Gabriel Vilardi
- As veias abertas do trabalho escravo no Brasil. Uma chaga do século XXI. Artigo de Gabriel Vilardi



- Anticomemoração do Abril Indígena: Lula negocia o direito dos Povos Originários. Artigo de Gabriel Vilardi
- A quem interessa o esmagamento do encarcerado? Porque o fim da saída temporária é um retrocesso. Artigo de Gabriel Vilardi
- Irmão Vicente Cañas, SJ: um sinal de resistência e Ressurreição. Artigo de Gabriel Vilardi
- O chamado para desmasculinizar a Igreja. Por que a hierarquia tem medo de professoras negras nas faculdades de teologia? Artigo de Gabriel Vilardi
- Páscoa da Ressurreição: uma paz inquieta ou a paz dos cemitérios? Artigo de Gabriel Vilardi
- Sexta-feira da Paixão das mães que vivem o calvário da violência policial. Artigo de Gabriel Vilardi
- Óscar Romero: testemunho contra o autoritarismo. Artigo de Gabriel Vilardi
- O Golpe de 64 e a negação do direito à memória: por que temes, presidente Lula? Artigo de Gabriel Vilardi
- Influenciadores digitais católicos em debate no IHU. Uma comunicação para o amor? Artigo de Gabriel Vilardi
- Rutilio Grande, SJ: amigo dos pobres e precursor de Óscar Romero. Artigo de Gabriel Vilardi
- Um ano da Retomada na Serra da Lua: uma árdua caminhada. Artigo de Gabriel Vilardi
- Martírio e profecia na Amazônia: testemunhos para os nossos tempos. Artigo de Gabriel Vilardi



- Garimpo e barbárie: uma história de genocídio e de luta dos Yanomami. Artigo de Gabriel Vilardi
- Genocídio Yanomami em debate no IHU. Quanta vontade política existe para pôr fim à agonia do povo Yanomami? Artigo de Gabriel Vilardi
- No meio do caminho estava o CIMI: 50 anos do documento-denúncia “Y-Juca-Pirama” e a atuação do Pe. Antônio Iasi Jr, SJ. Artigo de Gabriel Vilardi
- Ya temí xoa: a Querida Amazônia como um caminho de resistência. Artigo de Gabriel Vilardi
- Padre Pedro Arrupe, SJ: o homem que não temia a mudança. Artigo de Gabriel Vilardi
- Dom Evaristo Spengler: um bispo segundo Cristo que aponta para Amazônia. Artigo de Gabriel Vilardi
- A retomada de um território ancestral: os povos que seguram a Mãe Terra. Artigo de Gabriel Vilardi
- Saúde mental e o suicídio indígena. Um problema de Estado. Artigo de Gabriel Vilardi
- São Romero da América e os Povos Indígenas: martírio e profecia. Artigo de Gabriel Vilardi
- A contribuição jesuíta para o nascimento do CIMI no Mato Grosso. Artigo de Gabriel Vilardi e Aloir Pacini
- Os Povos Indígenas e a Igreja de Roraima: uma caminhada de resistência e libertação. Artigo de Gabriel Vilardi
- Ver novas todas as coisas em Cristo desde a Amazônia. Artigo de Gabriel Vilardi



- José de Anchieta e a urgência de uma leitura decolonial. Artigo de Gabriel Vilardi



## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert  
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montañó
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos



- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadieu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcellos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadieu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Élica Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring
- N. 53 Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günter Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas

- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke  
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas  
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini  
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez  
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho  
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri  
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki  
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios  
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas  
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição  
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores  
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Amo Alvarez Kern  
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza  
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana  
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto  
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot  
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley  
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig  
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel  
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine  
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann  
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins  
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva  
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta  
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil  
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson  
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz  
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho  
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz  
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa  
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira  
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden  
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes  
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida  
N. 103 ECODE – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer

- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montão
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelmänn
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Cascudo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A *philia* como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins



- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airoso da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini

- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzados – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari

- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D'Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odelso Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirceu Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo – Moisés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moisés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atilio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa





- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajetô empirico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N. 314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da humanização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati

- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstrosidade - Adriano Messias
- N. 336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Averso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson
- N. 341 Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Marina Regitz Montenegro
- N. 342 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume III - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 343 Raça, etnia, negro, preto ou gênero humano? Conceitos, leitura de mundo e reflexo nas formas de pensar, ser e interagir - Iael de Souza
- N. 344 Daqui deste planeta: (t/T)erra deíctica e sazonalidade cosmopolítica - Hilan Bensusan
- N. 345 Mundo Invisível: a teia vital sob os nossos pés - Faustino Teixeira (org.)
- N. 346 O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica - Valquíria Padilha e Jean Henrique Costa
- N. 347 João Saldanha: um comunista na seleção brasileira de futebol durante o governo militar. Da ditadura à redemocratização. Futebol na sociedade como fator democrático (1966-1990) - Marcelo de Azevedo Zanotti
- N. 348 Depois da Inteligência Artificial - Cosimo Accoto, Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer
- N. 349 Basta de fósseis - Dominic Boyer
- N. 350 Capitalismo e saúde mental: causa social, sofrimento privatizado - Iael de Souza, Evaldo Piolli e José Roberto Montes Heloani
- N. 351 A transição dos combustíveis fósseis, a crise energética na Europa e a guerra na Ucrânia - Simon Pirani
- N. 352 Guerra russa na Ucrânia. Terrorismo energético, ciberguerra e atmoterrorismo - Svitlana Matviyenko
- N. 353 Pequena história futura das enchentes do rio Caí - Caio F. Flores-Coelho
- N. 354 Por uma agricultura sustentável no Brasil - M. Madeleine Hutrya de Paula Lima
- N. 355 A máquina com um rosto humano: da inteligência artificial à sciência artificial - Sylvain Lavelle
- N. 356 Filmes em Perspectiva - Faustino Teixeira
- N. 357 Varsóvia e Gaza: dois guetos e o mesmo nazismo - Luiz Cláudio Cunha
- N. 358 Tecnofisiologia e ontologia híbrida: novas interações entre máquinas e corpo humano - Roberto Marchesini
- N. 359 Teoria dos Quatro Cosmogramas - Moysés Pinto Neto
- N. 360 Capitalismo e cismogênese - Sven Lütticken
- N. 361 Revolução informacional e a nova classe trabalhadora - Marcio Pochmann
- N. 362 O ancião missionário e os anciãos Bôe-Bororo: autobiografia indígena, identidade narrativa e apropriação religiosa recíproca - Elair Inácio de Oliveira e Aloir Pacini
- N. 363 A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil - Eduardo Brasileiro
- N. 364 Um olhar retrospectivo - Hans Jonas
- N. 365 Constitucionalismo Intersistêmico e o Direito das Minorias: a proteção dos povos indígenas na sociedade global - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 366 Novos dilemas da IA: a inteligência quer se expandir e o organismo quer perdurar. Por que e como a IA generativa pensa e raciocina - Lucia Santaella



- N. 367 Paul Ricoeur e a historiografia: primeiros diálogos em *História e Verdade* (1955) - Bruno dos Santos Nascimento
- N. 368 Tutela climática dos povos indígenas no Rio Grande do Sul e a proteção dos territórios ancestrais: direito ao futuro e à dimensão ecológica da dignidade humana - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 369 Autonomia: os povos estão transitando por um novo caminho emancipatório - Raúl Zibechi
- N. 370 IA e a experiência da pobreza - Levi Checketts
- N. 371 O pluralismo jurídico e os sistemas jurídicos indígenas - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 372 Proposta de definição das juventudes: diversidades e protagonismos políticos - Olívia Cristina Perez
- N. 373 Neomercantilismo de crise e as guerras de desordenamento global - Daniel Feldmann
- N. 374 Putin, Trump, Netanyahu: o mundo à beira de uma guerra total? - Silvia Ferabolli
- N. 375 Peter Singer e os 50 anos do livro *Libertação Animal* - Daan Stoop
- N. 376 Uma reflexão ético-político-filosófica da alteridade negada no cárcere - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 377 Juventudes e experiências religiosas - Claudio de Oliveira Ribeiro e Rosemary Fernandes
- N. 378 Vida nos trilhos: corpos sobreviventes e a resistência que brota da periferia brasileira - Paulo Ricardo Barbosa de Lima
- N. 379 Os Estados Unidos de Trump, modelo da distopia contemporânea - Luiz Marques
- N. 380 Dinamismo, mobilidade e juventudes - Rosemary Fernandes da Costa
- N. 381 Realidades virtuais, danos aumentados, impactos reais - Elisa García Mingo e Jacinto G. Lorca
- N. 382 Povos indígenas e emergência climática: visibilidade, participação e reivindicações nas conferências climáticas da ONU - Carlos Machado de Freitas, Kleber Henrique da Silva Xucuru, Luiz Felipe Barboza Lacerda, Sineia Bezerra do Vale e Suliete Gervásio Monteiro Baré
- N. 383 Considerações sobre o sionismo - Rodrigo Karmy Bolton
- N. 384 Tecnofeudalismo e colonialismo digital: um olhar a partir do Sul Global - Mardochee Ogécime
- N. 385 Fascismo tardocapitalista: retrotopia e aceleracionismo - Sandro Chignola

 UNISINOS